

CONFEA E ENTIDADES DEFENDEM A ELETROBRAS COMO EMPRESA PÚBLICA **Uma visão de algumas entidades do sistema e do setor elétrico contra a privatização**

PAULO BUBACH¹

¹Eng. Eletricista, pós-graduado em Sistemas Elétricos, aposentado, p.bubach@gmail.com

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC
Palmas/TO – Brasil
17 a 19 de setembro de 2019

RESUMO: Este trabalho objetivou identificar e mapear a visão e o posicionamento institucional de algumas entidades profissionais e de trabalhadores vinculados ao Setor Elétrico. Não pretende ser exaustivo, mas apenas resgatar e apresentar a visão do Confea e de algumas das principais entidades representante dos/as trabalhadores/as e profissionais do Setor Elétrico Brasileiro, especialmente as vinculadas às empresas do Grupo Eletrobras, que se posicionam claramente contra a privatização.

PALAVRAS-CHAVE: Eletrobras, privatização, visão das entidades do setor.

CONFEA AND ENTITIES DEFEND ELETROBRAS AS PUBLIC COMPANY **A view of some entities of the system and the electric sector against privatization**

ABSTRACT: This work aimed to identify and map the vision and institutional positioning of some professional and workers entities linked to the Electric Sector. It does not pretend to be exhaustive, but only to rescue and present the vision of Confea and some of the main entities representing the workers and professionals of the Brazilian Electricity Sector, especially those linked to the companies of the Eletrobras Group, which clearly stand against privatization.

KEYWORDS: Eletrobras, privatization, view of entities in the electricity sector.

INTRODUÇÃO

O Governo Federal, detentor do controle acionário da Eletrobras e Empresas associadas, sucumbindo à cartilha “neoliberal” e, conseqüentemente, aos interesses do famigerado “mercado” – na verdade o interesse dos grandes grupos financeiros - já fez várias tentativas de privatização das empresas do setor elétrico. Essa “sanha” privatista iniciou-se no final da década de 1980 e ganhou amplitude nos anos 90, com o famigerado PND – Programa Nacional de Desestatização, principalmente nos governos Collor e FHC, quando foram “privatizadas” (na verdade muitas delas “doadas”, como é o caso da antiga CVRD) muitas empresas estatais, abrangendo, às vezes, setores inteiros como foi o caso do setor de telecomunicações e do setor siderúrgico, e algumas empresas do setor elétrico, sem, contudo, conseguir levar a cabo a privatização da holding Eletrobras, controladora das grandes geradoras regionais: Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul, além do CEPEL e da Eletronuclear.

Após um pequeno interregno da visão privatista, durante os governos Lula e Dilma, o tema voltou com ímpeto, a partir de 2016, com a ascensão de Temer e, atualmente, com Bolsonaro ocupando a Presidência da República.

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ELETROBRAS

A Eletrobras desempenha papel estratégico no setor elétrico brasileiro. É a maior companhia de energia elétrica da América Latina, representando 33% da capacidade instalada de geração do país; 50% das linhas de transmissão; e 31% do território nacional na área de distribuição. Em 2014 empregava 40 mil trabalhadores/as (24 mil do quadro próprio, 14 terceirizados e 2 mil estagiários/as) em praticamente todos os estados da Federação.

A criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União a constituir a Eletrobras. A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart.

As reformas institucionais e as privatizações na década de 1990 acarretaram a perda de algumas funções da estatal e mudanças no perfil da Eletrobras. Em 2004, a nova regulamentação do setor excluiu a Eletrobras do Programa Nacional de Desestatização (PND). Atualmente, a companhia controla subsidiárias que atuam nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, uma empresa de participações (Eletrobras Eletropar), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobras Cepel, o maior do ramo no hemisfério Sul) e ainda detém metade do capital de Itaipu Binacional, em nome do governo brasileiro.

A Eletrobras controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio das nossas subsidiárias Eletrobras Amazonas GT, Eletrobras CGTEE, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletrosul e Eletrobras Furnas. Além de principal acionista dessas empresas, somos donos, em nome do governo brasileiro, de metade do capital de Itaipu Binacional.

Também controla o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Eletrobras Cepel) e a Eletrobras Participações S.A. (Eletrobras Eletropar).

Dos mais de 24 mil empregos diretos no Grupo, cerca de 5 mil são engenheiros/as.

POSICIONAMENTOS CONTRÁRIOS À PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

A seguir, relataremos o posicionamento do Confea e das principais entidades vinculadas ao setor elétrico, contrárias à privatização do Grupo Eletrobras:

CONFEA

O Plenário do Confea discutiu o assunto em de abril de 2018. Os conselheiros votaram por unanimidade o posicionamento contra a privatização da Eletrobras.

Segundo o documento apresentado, a Eletrobras é agente protagonista do setor elétrico, sendo a maior geradora e transmissora de energia elétrica do Brasil e da América Latina.

“O plenário entende que a estatal se constitui como promotora de desenvolvimento econômico e social para o País, representando o ato de privatização uma ameaça à soberania nacional. O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Joel Krüger, destacou a importância desse posicionamento. “Esse é um momento histórico para a Engenharia e para o Sistema ao se posicionar oficialmente contra essa privatização”.

<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=22717&sid=10>

Em audiência pública, da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, da Infraestrutura e do Desenvolvimento Nacional, também em abril de 2018, o Confea reafirma a importância da Eletrobras para a soberania nacional:

"A posição do Conselho é de preocupação com a tecnologia nacional, com o projeto de país que queremos, um país soberano e que possa construir o seu próprio futuro". Com essa manifestação o conselheiro federal e engenheiro eletricista José Chacon de Assis concluiu sua fala, na Câmara dos Deputados, nesta terça (18), quando representou o presidente do Confea, Joel Krüger, na comissão especial que analisa a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras.

<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=22730&sid=10>

CLUBE DE ENGENHARIA

O Clube de Engenharia tem sido, ao longo de sua história, um baluarte na defesa da democracia, da soberania e da engenharia. Em na ALERJ, Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, destacou que ao longo de seus 137 anos o Clube de Engenharia sempre atuou com base em três eixos: democracia, soberania e engenharia, com o tema da energia elétrica presente em todos. “Sem energia não há indústria, não há emprego”, afirmou. “Esse país foi por mais de quatro séculos

dominado por forças que tinham como único objetivo a exploração de recursos naturais. Quando Getúlio Vargas assume com a proposta de mudar o Brasil para que ele se voltasse para dentro, para os interesses do nosso povo, ele tinha o cerne da sua ação no ponto de vista econômico, a conquista da siderurgia, a energia com Eletrobras e o petróleo com a Petrobras.

<http://portalclubedeengenharia.org.br/2018/05/15/uniao-de-forcas-contr-a-privatizacao-da-eletobras/>

FISENGE

A Fisenge, que historicamente sempre lutou contra as “privatizações”, publicou, no final de março deste ano, importante “trilogia” sobre a privatização da Eletrobras. No último artigo da trilogia, a Fisenge se posiciona claramente contra a privatização da Eletrobras:

“A Fisenge conclui esta trilogia reafirmando que a Eletrobras, Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletrosul e CGTEE, devem ser estrategicamente mantidas e fortalecidas como empresas públicas, em defesa da engenharia nacional e sua capacidade de intervenção no desenvolvimento do País, bem como da soberania do Brasil.”

<https://www.fisenge.org.br/index.php/noticias/item/5709-no-contexto-da-privatizacao-entrega-ou-capitalizacao-da-eletobras-onde-estao-os-verdadeiros-patriotas>

<https://www.fisenge.org.br/index.php/noticias/item/5724-energia-eletrica-no-brasil-do-apagao-a-duplicacao-da-capacidade-instalada-em-16-anos>

<https://www.fisenge.org.br/index.php/noticias/item/5754-a-atual-matriz-energetica-a-capacidade-de-intervencao-do-estado-e-a-soberania-do-brasil>

A Fisenge dedicou grande parte da última edição da sua revista “Em Movimento” nº 28 à questão da privatização, com a chamada de capa “Privatização não é solução”.

<https://www.fisenge.org.br/index.php/publicacoes/revista/item/5939-em-movimento-n-28>

Ainda no final de 2017, a Fisenge, juntamente com o Senge-RJ, realizou, no âmbito do Projeto SOS BRASIL SOBERANO, o V SIMPÓSIO DO SOS BRASIL SOBERANO, abordando a temática “O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO – QUAL O MELHOR MODELO PARA O BRASIL”.

Os principais pontos debatidos no evento foram os seguintes:

1. O estratégico setor elétrico brasileiro está sob real ameaça de ser entregue pelo governo de Michel Temer ao capital financeiro internacional, pondo em risco a soberania nacional e os interesses diretos de mais de duzentos milhões de brasileiros.
2. A energia elétrica e outras fontes renováveis são estratégicas e essenciais ao desenvolvimento do país e, assim, devem ser fiscalizadas e controladas pelo Poder Público, seja na geração, na transmissão e na distribuição, de modo a atender aos interesses finais do povo brasileiro.
3. O setor elétrico brasileiro necessita, com urgência, buscar fontes geradoras alternativas para reforçar a matriz hidrelétrica; sendo possível afirmar que o setor privado não tem como garantir a transição segura, com vistas ao desenvolvimento do país, para outras fontes de energia, como a eólica e a solar.

Ao final, foram aprovadas as seguintes conclusões e propostas para o setor elétrico brasileiro:

1. A energia elétrica e renovável é um bem essencial para o desenvolvimento do país e do povo, sendo indispensável a busca de fontes alternativas à atual matriz hidrelétrica, o que deve ser promovido preponderantemente pelo Poder Público.
2. Energia é bem essencial e direito natural à vida dos seres humanos e, como tal, não pode ser tratada como mercadoria ou negócio para gerar lucro.
3. A energia, diante de sua importância para o desenvolvimento do país e do seu povo, tem que ser controlada e fiscalizada, com a participação permanente do Poder Público em todas as etapas de produção, circulação e comercialização, de modo a preservar o relevante interesse coletivo e a segurança nacional, como assegurado na Constituição.

www.sosbrasilsoberano.org.br/relatorio-final-do-v-simposio-sos-brasil-soberano/

FNE

A FNE tem se manifestado em vários espaços, inclusive em audiências públicas contra a privatização da Eletrobras, a exemplo da Nota Pública “Evitar a Privatização da Eletrobras”, onde se posiciona:

“A privatização da Eletrobras, anunciada em 21 de agosto último, caso se confirme, significará grave deterioração do setor elétrico brasileiro, atingirá frontalmente os interesses estratégicos do País e certamente representará prejuízo aos empregados da companhia e à população como um todo. Portanto, deve ser rejeitada e combatida pela sociedade brasileira.”

<http://www.fne.org.br/index.php/todas-as-noticias/4427-evitar-a-privatizacao-da-elektrobras>

FNU

A FNU, que congrega todos os sindicatos de trabalhadores do setor elétrico brasileiro, tem se posicionado historicamente contra as privatizações no setor e é um dos principais atores na luta contra as privatizações no setor, especialmente as empresas do Grupo Eletrobras. Segundo a FNU a privatização não trará qualquer benefício ao país, com prejuízos gerais para a sociedade, empresas e trabalhadores. A FNU identifica os principais interessados na privatização da Eletrobras:

- A privatização da Eletrobras beneficiaria dezenas de fundos de pensão de cidadãos norte-americanos e europeus;
- A privatização da Eletrobras beneficiaria dezenas de fundos de pensão de empresas norte-americanas e europeias de porte global;
- A privatização da Eletrobras beneficiaria grandes bancos e fundos de investimento internacionais;
- A privatização da Eletrobras beneficiaria as multinacionais de energia elétrica que atuam em território nacional.

<http://www.fnucut.org.br/quem-interessa-privatizacao-da-elektrobras-coisas-que-talvez-voces-nao-saibam/>

Visando esclarecer a população sobre os malefícios da privatização, foi lançada a campanha **Energia não é mercadoria** alertando para os riscos para a **segurança energética**, a **segurança nacional**, e o **custo da energia**, que tende a subir brutalmente, comprometendo a competitividade da economia brasileira.

A FNU alerta para a gravidade da situação:

Na contramão do mundo, o governo anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras.

A privatização levará o Brasil a perder o controle de seus rios mais importantes, o que colocará em risco a soberania nacional. O consumidor também sentirá no bolso a repercussão desse processo de desconstrução do patrimônio nacional. A privatização implicará na revisão do atual modelo tarifário, o que acarretará grandes aumentos em relação às tarifas atuais.

Por esses e outros motivos, somos contra a privatização do Setor Energético brasileiro, fonte inesgotável de riquezas, gerador de trabalho e renda e provedor de desenvolvimento social.

ILUMINA

O Instituto ILUMINA também tem se posicionado historicamente contra a privatização do setor elétrico, com ampla gama de estudos e publicações que embasam sua posição. Em dois dos inúmeros artigos publicados na imprensa, fica muito claro os argumentos irrefutáveis, contra a privatização do Grupo Eletrobras:

O resultado foi o oposto do prometido. Os recursos para educação, saúde e segurança continuaram escassos e as tarifas ficaram muito mais caras, porque o modelo originalmente projetado pela empresa inglesa contratada para planejar a reestruturação do sistema elétrico não é adequado para o Brasil.”

<http://www.ilumina.org.br/privatizacao-da-elektrobras-e-a-desindustrializacao-artigo-no-valor/>

“A energia elétrica é um monopólio natural, do qual dependem a produção industrial, as comunicações, a pesquisa científica, os hospitais, a conservação dos alimentos, ou seja, praticamente tudo. Assim, as tarifas de eletricidade impactam todos os custos da economia, portanto não devem ser formadas no espaço privado, pois aí os empreendimentos têm entre os seus objetivos o de gerar máximos lucros.”

<http://www.ilumina.org.br/a-injustificavel-privatizacao-da-elektrobras/>

DIEESE

Também o DIEESE tem contribuído com diversos estudos que demonstram a inadequação e a fragilidade dos argumentos pró-privatização do governo e do “mercado”. Em março de 2017, o DIEESE publicou a Nota Técnica Nº 173, com o objetivo apresentar os principais elementos envolvidos no processo de privatização em curso no setor elétrico nacional. Nas Considerações finais, vaticina: “A política de privatização coloca em cheque o protagonismo nacional no planejamento e na operação da matriz elétrica brasileira. Nesse caso, há ainda forte indicativo de que os grupos estatais chineses China Three Gorges e State Grid serão os principais agentes a operar o setor. Chama a atenção o fato de que a privatização, de certo modo, apresenta-se como um processo de estatização, uma vez que empresas públicas brasileiras poderão ser vendidas para empresas estatais estrangeiras. Como já demonstrado, o país segue na contramão do restante do mundo. Além de os serviços de distribuição de energia elétrica serem majoritariamente estatal e com capital de origem nacional, nos países europeus, a questão é tratada como de segurança nacional, razão pela qual diferentes países têm barrado investimentos internacionais no setor.”

GOVERNADORES

Os Governadores do Nordeste e de Minas Gerais também divulgaram carta contra a privatização da Eletrobras. Na carta divulgada ao final do encontro cobram "efetivas soluções" para 11 pleitos, entre investimentos, financiamentos e apoio para a região voltar a crescer. O documento foi enviado à Presidência da República, ao Senado, à Câmara dos Deputados e ao Supremo Tribunal Federal.

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/governadores-do-nordeste-e-minas-gerais-divulgam-carta-contra-privatizacao-da-eletobras.ghtml>

PROPOSTAS PARA O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Além de se posicionarem contra a privatização da Eletrobras, a grande maioria das entidades apresenta propostas para o aprimoramento do setor elétrico brasileiro, algumas delas elencadas nesse texto e muitas outras nos documentos, artigos, manifestos e publicações.

Relacionamos a seguir, apenas para exemplificar, uma lista de proposições constantes do **MANIFESTO DOS TRABALHADORES ELETRICITÁRIOS POR UM SETOR ELÉTRICO PÚBLICO, EFICIENTE E PARA TODOS**, elaborado pelo **Coletivo Nacional dos Eletricitários**.

Propostas para um modelo democrático e sustentável para o Setor Elétrico Brasileiro:

1. Energia como um serviço Público
2. Sistema Cooperativo ao invés de competitivo
3. Valorização das energias renováveis
4. Benefício da amortização compartilhado entre a modicidade tarifária e o financiamento da expansão
5. Fortalecimento das empresas estatais, com foco na sustentabilidade e ação voltada aos projetos estruturantes
6. Remuneração pelo custo e pela disponibilidade da usina
7. Adoção do modelo de comprador único (Single Buyer)
8. Criação de um fundo nacional de equalização para beneficiar as empresas de distribuições de regiões sem viabilidade econômica
9. Política de conteúdo nacional para a cadeia de GT&D
10. Reversão de todas as privatizações, alterações no marco regulatório e nos estatutos sociais das empresas do grupo Eletrobras realizadas durante a vigência do atual governo

https://admin.cut.org.br/system/uploads/ck/CUT_Brasil/Cartilha%20Manifesto%20%282%29.pdf

REFERÊNCIAS

Os links dos documentos com os posicionamentos do Confea e das entidades estão incluídos no texto.